

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS COISAS: ENTRE PRODUÇÃO, TROCAS, CONSUMO E DESCARTE

*THE SOLIDARITY ECONOMY AND ITS THINGS: AMONG PRODUCTION, TRADE,
CONSUMPTION AND DISCARD*

Magda Luiza Mascarello¹
Maria Izabel Machado²

RESUMO

Desde a década de 1990 há no Brasil iniciativas de Economia Solidária. Muitas pesquisas têm se dedicado à avaliação dessas experiências buscando mensurar sua sustentabilidade econômico-política e seus significados. Nelas ganham relevância os empreendimentos que mobilizam maiores recursos no processo de produção de bens ou serviços em detrimento de outros formatos que têm como eixo mais a circulação de produtos do que sua produção. Através de etnografia junto à Rede Pirê em Dourados-MS e à Rede Pinhão de Clubes de Troca em Curitiba-PR, pretende-se adentrar nesta lacuna deixada pelas pesquisas acerca destes grupos problematizando a materialidade da economia solidária a partir das coisas que nela são produzidas e postas em circulação. A hipótese é de que a economia solidária além das formas particulares de sociabilidade, também produz, através da materialidade das coisas, seus usos e significados, um processo de desalienação, já que opera nas fissuras do capital acionando recursos materiais e simbólicos que prescindem da lógica mercantil.

Palavras-Chave: Economia Solidária. Materialidade. Sociabilidade.

ABSTRACT

Since the 90's in Brazil there are many Solidarity Economy initiatives. Researches has been devoted to the evaluation of these experiments seeking to measure its economic and political sustainability and their meanings. Gain relevance the projects that mobilize greater resources in the process of production of goods or services over others formats whose axis is focused more in the circulation than the purchase and sale of products. We start from ethnographic studies in the Pire Network in Dourados-MS and than Clubs of Exchanges in the network Pinion in Curitiba, PR, front the gap the studies about such groups, we intend questioning the materiality of solidarity economy from the things that are produced and put into circulation. The hypothesis is that the solidarity economy beyond the particular forms of sociality, also produces, through the materiality of things, their uses and meanings, a process of disalienation, once it operates in the cracks of the capital using material and symbolic resources without the logic of the market.

Keywords: Solidarity economy. Materiality. Sociability.

1. INTRODUÇÃO

As atuais configurações do mundo do trabalho estão inseridas em um conjunto maior de mudanças sociais que, dentre outras coisas, tem exigido dos indivíduos constantes mudanças e adaptações. O modelo capitalista de gestão de recursos estende sua lógica inclusive àqueles que estão fora de seu circuito. Estar fora para os trabalhadores significa muitas vezes não encontrar postos de trabalho no mercado formal onde ainda há algumas garantias e direitos, exigindo desses trabalhadores a busca de meios alternativos à reprodução da vida. Por outro lado, estar *dentro* não

¹Mestranda em Antropologia, Bolsista Capes, PPGA/UFPR.

²Doutoranda em Sociologia, Bolsista Capes, PGSOCIO/UFPR.

significa que os trabalhadores encontrem aí um meio para a total satisfação de suas necessidades.

Nesse contexto o papel de Economia Solidária como pretendemos demonstrar neste artigo, em muitos casos tem ultrapassado a geração de renda logrando possibilitar a seus membros novas formas de se relacionar com o trabalho, com a produção de bens e mesmo com o dinheiro. Inspirados por noções de solidariedade que operam como princípio norteador de suas práticas, alguns empreendimentos têm retomado a centralidade do trabalho e, a partir dela, criado novas sociabilidades.

Partimos de observações de inspiração etnográfica de Clubes de Trocas de Curitiba e seu entorno metropolitano que formam a Rede Pinhão e de empreendimentos que compõem a Rede Pirê de economia solidária em Dourados-MS. Assumindo esta metodologia percebemos que tanto os estudos sobre as atuais configurações do trabalho quanto os dedicados ao cooperativismo, ainda que importantes e necessários, têm deixado de fora experiências que pelo porte e volume de recursos mobilizados terminam relegadas à irrelevância analítica e social³ uma vez que não estariam centradas na produção e/ou comercialização de produtos. No entanto, seguindo as relações estabelecidas pelas mulheres dos Clubes de Troca e da Rede Pirê aqui postas em diálogo, o que percebemos é que esses empreendimentos têm engendrado práticas com alto potencial “desalienante”, na medida em que retomam a centralidade do trabalho, o controle sobre o processo de produção e circulação dos produtos e o saber dos trabalhadores como o ponto de partida para a redução da pobreza extrema e também para o restabelecimento de trajetórias identitárias individuais e coletivas.

Neste sentido, a perspectiva analítica aciona a etnografia como forma de captar as complexas e plurais nuances relacionais do campo. Pesquisar esses empreendimentos a partir desta perspectiva tem exigido constantemente a conversão do olhar e a vigilância epistemológica. Primeiro, para abandonar os conhecidos paradigmas que determinam a eficiência e, logo, a legitimidade das ações ou dos empreendimentos segundo balizas dos mercados de orientação neoliberal. Por essa entrada os grupos pesquisados seriam prontamente descartados como ineficientes na geração de renda, logo, na redução da pobreza. Por outro lado, esta perspectiva exige também um esforço para não recairmos na romantização da pobreza.

Nossa proposta é perscrutar partir de evidências empíricas e dos significados construídos pelos agentes da economia solidária nesses empreendimentos, os valores e significados que estão inscritos na materialidade do que se troca, em suas formas e seus usos e as relações a partir delas estabelecidas. Assume-se aqui a pertinência metodológica de reconhecer que as coisas em movimento, tanto físico quanto narrativo, elucidam certo contexto humano e social. Afinal, o que percebemos em campo é que as pessoas carregam em si seus produtos e, por outro lado, também nos produtos são reconhecidos atributos das pessoas, como desenvolveremos ao longo do artigo.

Adotamos o caminho analítico de aproximar dados obtidos a partir da observação da materialidade em diversos empreendimentos solidários e em diferentes temporalidades do conceito de alienação em Marx. As relações imbricadas nos processos de produção e circulação de mercadorias ou “coisas” são carregadas de relações e significados que, segundo a chave de leitura que adotamos, fazem o caminho inverso ao da alienação, reconectando o trabalhador ao seu produto e, simultaneamente,

³Apresentamos esta discussão de forma mais detalhada a partir da sistematização de dados de pesquisas sociológicas sobre economia solidária em um trabalho anterior: Mascarello. e Machado. (2014).

aos demais trabalhadores que participam do circuito de produção, trocas, consumo e descarte.

Na primeira seção apresentamos o campo e algumas de suas composições relacionais. Em seguida partimos da abordagem marxista de alienação, fetiche e reificação para chegarmos à hipótese deste artigo: o trabalho como elemento capaz de desalienar o trabalhador a partir de dinâmicas relacionais que criam novas sociabilidades.

2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS COISAS

Surgidos na década de 1990 na Argentina, os Clubes de Troca despontaram como uma alternativa à recessão econômica e a baixa circulação de moeda. Seus participantes propunham-se trocar produtos e serviços sem a intermediação do dinheiro. No Brasil, especificamente no Paraná, a primeira experiência desse tipo surgiu em 2001, em Curitiba, também como alternativa às crises econômicas que desencadearam ondas de desemprego somadas ao recuo de políticas públicas de assistência social.

A experiência inicial teve como principal motivação a superação do assistencialismo imbricado na distribuição de cestas básicas à população empobrecida da capital do Estado e região metropolitana. A ideia era que as famílias que necessitavam dessa assistência pudessem gradativamente partir para iniciativas alternativas de geração de renda e autonomia, rompendo com o ciclo assistencialismo – dependência. O primeiro passo foi implicar de alguma forma os que receberiam os alimentos na produção de algo. A cada encontro desse grupo que se formava era preciso aportar algo de produção própria: artesanato, hortaliças, pães, etc. O que levavam era trocado entre eles e, ao final das reuniões, se distribuíam também os alimentos doados.

Rapidamente a experiência se multiplicou, sucesso atribuído em parte ao CEFURIA – Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, centro de formação e educação popular que atuava com suporte político e metodológico aos grupos⁴. Ao mesmo tempo em que animadores ligados ao centro contribuía para a multiplicação dos grupos, também se gestavam as balizas de seu funcionamento. A distribuição de cestas básicas, por exemplo, passou em alguns casos a ser condicionada à participação assídua nos encontros. Outros princípios comuns diziam respeito à gestão democrática do grupo, com coordenações rotativas eleitas entre os participantes e à partilha equitativa dos recursos, fossem eles alimentos ou outros itens.

Durante o período mais efervescente, Curitiba e região contavam com cerca de 50 grupos em funcionamento. Por inúmeras razões o número de Clubes de Troca foi paulatinamente reduzindo-se. Atualmente este número não chega a 10 grupos.

O decréscimo no número de grupos precisa ser analisado de forma articulada à conjuntura política e econômica do país. Na década de 1990, quando se ouve falar pela primeira vez de Economia Solidária no Brasil e quando se multiplicam rapidamente os empreendimentos, o país enfrentava uma ofensiva neoliberal pós-consenso de Washington. Na década seguinte ainda que mantendo políticas neoliberais no plano macroeconômico foram implementadas políticas sociais, destinadas especialmente às camadas mais vulneráveis da população, o que pode ter contribuído para o

⁴ Sobre as ações e relevância do Cefuria no desenvolvimento de iniciativas de Economia Solidária em Curitiba ver: Souza. (2006), Streck e Adams. (2014), Trigo. (2007).

esvaziamento dos grupos uma vez que estes atuavam na mitigação da pobreza extrema através da distribuição de alimentos.

Outro fator importante foi a escassez de recursos para animação e suporte aos Clubes. A presença dos animadores, como eram chamados os educadores ligados ao Cefuria, é na maioria dos casos determinante para a permanência do grupo. Independente das questões metodológicas que podem ou não condicionar o funcionamento dos grupos à presença do animador, é preciso salientar a grande rotatividade entre os participantes, motivada frequentemente pela obtenção de um trabalho, formal ou informal, que os impossibilita de participar dos encontros, em geral vespertinos e durante a semana. Os animadores nesse caso atuariam como uma espécie de memória do grupo, assegurando que o acúmulo experimentado ao longo do tempo e as metodologias desenvolvidas e aprimoradas permaneçam na memória dos coletivos.

Não obstante esse esvaziamento há grupos que lograram permanecer em funcionamento mesmo sem a presença constante de animadores externos. Estes grupos mantêm em grande parte os princípios básicos que direcionam o funcionamento dos clubes, compartilhando elementos entre si. Entre eles a manutenção de uma estrutura comum para a realização dos encontros: na chegada, cada participante apresenta os produtos que trouxe para troca descrevendo-os brevemente, se faz uma acolhida com apresentação dos membros caso haja algum participante novo ou visitante. Segue-se a um momento chamado de mística, no qual se desenvolvem reflexões sobre solidariedade ou outros temas afins. Após esse momento, dedica-se um tempo à formação, momento em que alguém do grupo ou um convidado expõe um assunto ou tema. Também há espaço para avisos e encaminhamentos de ações que envolvam o grupo, comumente ligados a atividades que relacionam os coletivos entre si e que mobilizam a Rede Pinhão dos Clubes de Trocas ou ainda iniciativas das comunidades locais nas quais estão inseridos. O ponto central dos encontros, contudo, é o momento em que são realizadas as trocas.

Todos os grupos em funcionamento atualmente utilizam como moeda de troca o Pinhão, moeda social que possibilita ampliar o circuito das trocas. Mediados por esta moeda, os objetos circulam entre as participantes. Cada participante estipula quanto vale o produto que trouxe em “Pinhões”. Ao longo de alguns anos de observação foi possível constatar as “variações cambiais” do Pinhão. Em meados de 2009, por exemplo, havia uma paridade Pinhão-Real, ou seja, um Pinhão equivalia a um Real (moeda brasileira em 2015) e assim se estabeleciam os “preços” dos produtos. Atualmente é difícil encontrar produtos ofertados por mais de dois Pinhões, mesmo quando se sabe que se comprados fora dos Clubes teriam um valor superior.

Essa constatação nos coloca frente a duas possibilidades de leitura: uma sobre a materialidade das coisas - o que se troca -, e outra sobre as formas como se atribuem valores aos produtos trocados. Dirigir a atenção à materialidade da economia solidária construída nos Clubes de Trocas e as relações que ela mobiliza permite perceber que os objetos ali trocados podem ser reunidos em torno de três grupos principais considerando a frequência em que aparecem nas trocas: alimentos, roupas e acessórios, produtos de artesanato.

Ao longo dos anos, não apenas o Pinhão sofreu variações, mas as coisas que se trocam também. Em 2009, os alimentos trocados eram essencialmente itens da cesta básica: arroz, feijão, azeite e café, esse último bastante valorizado. Quando alguém levava café para trocar, por exemplo, o levava pronto para o consumo e se trocava uma xícara por meio Pinhão. Quando questionada sobre esse tipo de “venda” uma liderança

dizia: “para muitos é só aqui que tomam café”. Atualmente quando há itens alimentícios para troca são molhos prontos, chocolates, leite condensado, etc.

Para o momento do lanche, parte de todos os encontros, os que podem levar algo para compartilhar com os demais: bolo, suco, etc. Os alimentos levados para o lanche normalmente não entram no circuito de trocas e deixados à parte até o momento oportuno. Não é apenas uma pausa para comer algo. É um momento importante onde se pergunta da família, se trocam receitas e há, inclusive, certa competição para ver quem traz as coisas mais saborosas. Durante as observações realizadas em 2014 pouco se viu a troca de itens do lanche por Pinhão e, quando ocorria, quem ofertava não o fazia sem certo constrangimento. Nas duas vezes em que esse tipo de troca foi observado os itens trocados eram salgados de festa e as pessoas que os “compravam” para levar para casa.

As trocas de roupas e acessórios também mudaram. Em 2009, tinham um papel mais central:

[no dia do encontro] eu chegava em casa eu trazia roupa pra minha filha, eu trazia roupa e calçado, eu trazia alimento e trazia também verdura (...) a gente chegava animada e chegava aqui, nesse dia sempre tinha verdura, o alimento, calçado e roupa eu não precisava comprar pra ela, que ela precisava pro colégio. (Idair, Clube de Trocas Nova Semente).

Na atualidade, as roupas que são trocadas são as consideradas de “festa”, roupas para ir à igreja ou uniformes escolares para as crianças. Roupas para uso cotidiano, exceto os uniformes, não despertam muito interesse. “Roupa ninguém quer mais”, como afirmou Dona Inair, que participa do Clube de Trocas da Amizade um dos primeiros que foram criados na cidade. Quando os Clubes recebem doações de roupas comuns realizam bazares para a comunidade. As peças são vendidas por R\$ 0,50 e o dinheiro arrecadado é destinado ao Clube, para um passeio ou para realizar uma festa para as aniversariantes.

Os acessórios, contudo, ganham outra posição. Em um encontro do Clube de Trocas da Amizade uma senhora, ao chegar sua vez de trocar, escolheu uma aliança de bijuteria. Sentou-se, mostrou a aliança às demais e disse que sua aliança de casamento já não servia mais em sua mão e que o marido tinha perdido a dele. Passou anos alternando entre usar ou não a aliança porque o marido não usava a dele, como uma espécie de protesto. Disse que chegou a comprar uma “banhadinha” para o marido, mas aí ela não queria usar porque as pessoas poderiam vê-los com alianças diferentes e pensar que ela era casada com outro. Relatou diversos momentos de conflito por essa razão ao longo dos 45 anos de casamento, terminou dizendo: “falta arranjar uma igual pra ele”. (D. Joana, Clube de Troca da Amizade).

O relato etnográfico é bastante simples e facilmente passaria despercebido a uma observação mais apressada. Porém, a aparente insignificância do fato assume relevância para a análise ao apresentar-se como um caso emblemático de tipos diferentes de valores que são atribuídos aos objetos ali trocados. Junto com uma aliança de pouco ou nenhum valor monetário, Joana trocou sua história, a tensão cotidiana que compõe a memória de sua relação conjugal e a explicitação da maneira como se relaciona com representações sociais que compõem noções compartilhadas como a de família, por exemplo. Muitos são os casos em que partilhas como esta desencadeiam importantes debates que paulatinamente põem em questão relações de dominação vividas pelos participantes, provocando fissuras nos valores sociais que alimentam tais relações.

Convém salientar que no interior de um mesmo Clube podem emergir diferentes interpretações que precisam ser analisadas de forma articulada à conjuntura em que são produzidas. O tempo de participação, o modo como conheceu o grupo e as razões que uma participante tem para continuar formam contextos específicos em cada Clube de Trocas e que podem ser apreendidos a partir de algumas situações chave que aqui tomamos como representativas.

Em uma das reuniões destinadas a organizar a feira de economia solidária da qual a Rede Pinhão participa, o ambiente estava ornamentado com pedras e flores que haviam sido utilizadas na decoração da igreja, espaço onde acontece a reunião. Uma das participantes, professora universitária que atua dando apoio ao grupo, durante a mística disse não gostar de flores colhidas uma vez que cortadas representariam a morte. Dona Cristina, uma das fundadoras do Clube de Trocas São Tiago que existe há mais de dez anos, diz: “essa flor colhida foi comprada, ela é trabalho de alguém, alguém vive disso.” O mesmo objeto, utilizado em um momento de mística dentro do mesmo grupo desperta sentidos ambivalentes de vida ou morte, conforme o olhar e a inserção de quem produz esse significado.

Em outra situação, uma das autoras deste ensaio foi convidada por um dos grupos a partilhar outras experiências de troca. Ao apresentar a experiência do Kula nas ilhas Trobriandesas conforme fora descrito por Malinowski (1921[1978]) e provocar um debate em torno da problematização sobre o porquê aquelas pessoas estudadas pelo antropólogo trocavam entre si colares e pulseiras, recebeu como resposta narrativas sobre elementos importantes que explicitam a maneira como as mulheres dos Clubes de Trocas compreendem e organizam suas práticas: “eu acho que era uma desculpa pra visitar as pessoas”, “eu acho que porque era feito a mão”.

Um diálogo entre a Rede Pinhão dos Clubes de Troca da capital paranaense e seu entorno metropolitano e a Rede Pirê de Economia Solidária situada na cidade de Dourados com atenção à circulação e trajetória das coisas que são produzidas, trocadas, consumidas e descartadas nos ajudam a avançar nesta reflexão.

A Rede Pirê é uma organização de economia solidária que surgiu na cidade de Dourados por volta de 2004 e que articula a entidade de apoio Mulheres em Movimento, o Banco Comunitário que lhe é homônimo, um programa municipal de fomento, duas empresas cooperativas (uma que se dedica à produção de produtos de limpeza e outra da área da confecção) e outros empreendimentos diversos de panificação, artesanato e catadores de materiais recicláveis.

Na etnografia realizada entre estas organizações durante o ano 2013 foi possível perceber que as coisas produzidas, vendidas, compradas e descartadas pelos agentes da economia solidária vão para além da circulação de bens e riquezas econômicas. São produtoras e portadoras de sentidos, regras e ideias. Através delas são estabelecidas alianças e comunhões entre pessoas, grupos e objetos. Relações que apresentam um caráter ao mesmo tempo voluntário e obrigatório, onde os objetos aparecem como portadores de forças de transformação social. Através dos produtos adquiridos, as mencionadas forças potencialmente transformadoras da estrutura social capitalista circulam entre os agentes da economia solidária e ampliam a rede de participação para além dos empreendimentos, ainda que estes permaneçam sempre compreendidos como o lugar por excelência da não-dominação e da legitimidade política.

A coisa produzida, consumida e descartada não é inerte (MAUSS, 2003[1950]), mas acompanha o indivíduo que a adquire, levando para ele os valores e ideais de quem a produziu como se, ao comprá-lo, aceitasse também participar da essência do próprio

produtor, já que comercializar um produto é, para o empreendedor, uma forma de apresentar algo de si. “Espera aí. Vou buscar minhas balas de coco. Você conhece minhas balas? Assim você leva um pouco de nós. Leva nosso doce para Curitiba”, foi a frase com que Iria encerrou a entrevista no momento da pesquisa.

Também é possível perceber nas narrativas registradas durante o trabalho de campo que as coisas produzidas aparecem como uma das formas de organizar as pessoas em grupos. O primeiro passo para a constituição dos empreendimentos solidários não está somente nos valores compartilhados, no ideal de transformação ou na participação dos encontros de formação organizados pelas entidades de apoio. Os coletivos são formados também a partir da reunião dos produtores de determinada coisa, como indica a enunciação de Silvaneide, uma das mulheres que se dedica ao trabalho em um destes empreendimentos:

A Pirê Produtos de Limpeza, ela nasceu porque existiam vários grupos. Naquele tempo era o auge da economia solidária e tinha muita gente que fazia de tudo. E aí produto de limpeza foi uma maneira de organizar as pessoas em grupos.

As coisas, portanto, conferem identidade aos seus produtores, tanto individual quanto coletivamente. É comum que as mulheres identifiquem o lugar que ocupam na rede de economia solidária da cidade a partir da relevância e do lugar onde estão localizados seus produtos. Tais relações indicam que a produção e comercialização na economia solidária têm uma finalidade não apenas econômica, mas também moral. Através do objeto são mobilizados sentimentos de amizade e respeito entre as pessoas envolvidas. Como afirma Mauss (2003 [1950], p. 213), nas trocas simbólicas que se dão a partir da troca dos objetos “misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim, as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca”.

Essas misturas de sentimentos, coisas, valores, contratos e pessoas é o que permite demonstrar que se está disposto a assumir a proposta da economia solidária e nela permanecer. São elas que estabelecem os pertencimentos e cimentam as relações. Produzir, trocar, comercializar, consumir e descartar de uma maneira considerada solidária é, ao mesmo tempo, a condição e a consequência de ser aceito pelo grupo e com ele comprometer-se, assumindo simultaneamente um direito e uma obrigação que se apresentam de maneira simbólica e coletiva, mobilizando lógicas outras que não a simples geração de renda:

Que nem a gente tem uma senhorinha que eu gosto muito de conversar com ela. Ela é uma japonesa. Até ela foi embora pra Campo Grande nesse mês. Ela colocava produtos dela lá na loja solidária [panos de prato], mas não porque ela precisava. Ela é muito bem de vida, parente da família Honda. Ela é muito bem de vida. Mas ela, a partir do momento que entrou no movimento de economia solidária ela começou a se descobrir como pessoa. Aquela pessoa quando a gente começa a falar do resgate do ser humano. (Silvaneide)

Como nos indica a enunciação, a inclusão não se dá apenas pela participação direta da personagem descrita, mas pela circulação das coisas que produz. O “começo” está diretamente relacionado às coisas que produz e a emancipação ou o “o resgate”, conforme afirma, é atribuído ao fato de levar esses produtos ao espaço público. De igual maneira, o reconhecimento de sua capacidade pessoal se dá pelo reconhecimento destes

objetos: “a primeira vez que uma pessoa olhou pra meus paninhos de prato e falou, nossa, é a coisa mais linda que eu já vi, comprou assim com gosto, eu fiquei tão feliz mas não foi por causa disso, foi pra eu, pra, pra mostrar pra mim que eu era capaz de fazer alguma coisa boa pra alguém”. É pelo produto, portanto, que Dona Rosa, no relato de Silvaneide, recupera as atribuições de um “ser humano”, ou seja, a valorização “como pessoa” se dá a partir da ampliação da rede de relações mediadas pelos objetos.

Nesse sentido podemos perceber que, mais importante do que o valor comercial é a visibilidade, tanto da pessoa que produziu determinada coisa, quanto do produto em si. O valor está em saber que as coisas feitas são vistas, admiradas e comentadas, conferem a quem produziu reconhecimento social. Aparece um duplo valor onde de um lado se frisa que foi produzido pela própria pessoa e, de outro, que é visto e admirado por um grupo.

Outro elemento interessante é que, embora o produto já tenha sido comercializado e ocupe um lugar que não é de pertencimento ao produtor, ele permanece sendo de alguma maneira da produtora, exatamente porque é portador das características, capacidades e virtudes de quem o produz, bem como das relações a partir das quais é confeccionado. Conforme aponta Appadurai (1986), as coisas produzidas, trocadas, comercializadas e descartadas, jamais se separam completamente de quem as faz circular.

3. O TRABALHO POR TRÁS DAS “COISAS”

O esforço de aproximar as breves descrições etnográficas dos contextos mencionados aos conceitos caros à teoria sociológica clássica é ainda mais exigente quando se trata da teoria marxiana já muitas vezes revisitada. A complexidade do conceito de alienação, como pensado por Marx, nos coloca frente ao desafio de lançar para os campos empírico e teórico uma nova mirada, sobretudo porque a mercadoria é cheia de “sutileza metafísica e manhas teológicas” (MARX, 1996, p. 197), ou seja, é próprio do capital reinventar suas estratégias a fim de preservar sua lógica. Marx aciona o léxico por ele próprio considerado nebuloso da religião como uma metáfora da complexidade dos mecanismos que encobrem trabalhador e relações de trabalho na mercadoria:

a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. (MARX, 1996, p.198)

Não obstante a densidade e complexidade do conceito em Marx é possível ancorar a noção de alienação em duas ideias centrais: a alienação como estranhamento e como perda de consciência:

Tudo aquilo que fragmentava o ser humano, que o apartava do mundo, de si mesmo, das coisas que ele criara; tudo aquilo que o separava da consciência que deveria ter, que o transformava quase em um autômato ou em um “animal desnaturalizado”; tudo aquilo que o mergulhava em uma espécie de sono do qual não parecia ser possível

despertar, remetia em Marx ao âmbito da alienação. (BARROS, 2011, p. 236)

Desde essa perspectiva, José D'Assunção Barros aponta alguns eixos possíveis: segundo uma abordagem religiosa, por exemplo, alienar-se significaria para o indivíduo estar separado do mundo real. Em uma abordagem política, implicaria na separação do indivíduo de seus próprios interesses. Se tomarmos a atividade produtora como chave de leitura a alienação significaria a fragmentação do trabalho e o afastamento do trabalhador de sua criação. Do ponto de vista humano e social, a alienação significa um processo de animalização e isolamento do indivíduo.

Essas portas de acesso ao conceito de alienação seriam desdobramentos da definição de Marx que compreende a alienação como uma forma de relação social entre trabalho e produto. É nas relações que o caráter fetichista da mercadoria se mostra. A lógica que sustenta e orienta as relações é que determina seu produto, se a lógica que rege a sociedade é a capitalista o único resultado desejado é o lucro. Logo as relações devem estar submetidas a esse mecanismo. A noção de tempo, sequestrada pelo capital, segue cada vez mais encurtada (SENNETT, 1999), o tempo necessário para o estabelecimento de vínculos, sociabilidades primárias capazes de reinserir indivíduos em coletividades, reinseri-los no tecido social, é considerado perda de tempo, pecado mortal na sociedade pós-industrial.

O fetichismo, como uma das faces da alienação, ainda que esta não possa ser reduzida ao fetiche da mercadoria, expressaria uma tendência moderna em tomar tudo como mercadoria, não apenas terra e trabalho como apontou Polanyi (2000), mas as relações e mesmo os sentimentos que, vistos a partir do prisma da reificação, seriam apenas mercadorias; pela reificação, o próprio trabalhador se transforma em mercadoria e as relações entre pessoas passam a ser concebidas como relações entre “coisas”.

Assim como a mercadoria obedece à lógica do capital, a forma dinheiro, a seu turno, também vela ao invés de revelar o caráter social do trabalho. Como um mecanismo complexo orientado para a obtenção de lucro, a sociedade capitalista através da alienação e fetichização, ao fim e ao cabo, interdita nossa autoprodução como humanos.

Mais que delimitar o que seriam a alienação e o fetiche da mercadoria Marx procurava os caminhos para a “desalienação”, ou nas palavras de Barros os caminhos pelos quais “poderia o homem recuperar o que perdera, incluindo a si mesmo” (2011, p. 240). O que desafiava o olhar de Marx era o paradoxo de que ao criar as condições para a reprodução da vida através do trabalho os indivíduos se lançavam ao estranhamento de si mesmos.

Os caminhos de desalienação para Marx passavam necessariamente pelo trabalho, cuja centralidade em sua obra é inegável. É pelo trabalho que os indivíduos se humanizam (ENGELS, 1999 [1876]). Os escritos de Marx vão, portanto, na direção da superação do trabalho alienado, e não do trabalho como tal (LUZ & BAVARESCO, 2010). Argumento que reiteramos a partir das incursões a campo e da constatação de que a identidade individual e a possibilidade de reinserção no tecido social passam necessariamente pelo reconhecimento do trabalho como tal, reconhecimento de que o que se produz manualmente é trabalho socialmente útil.

Nos contextos aqui etnografados, mulheres e homens organizam a vida e seus significados a partir de um centro comum: o trabalho. Trabalho e vida, trabalho e sobrevivência, trabalho e dignidade são pares indissociáveis no cotidiano e na forma de

representa-lo. Entre as razões para começarem a participar dos Clubes de Troca, por exemplo, aparecem sempre a pobreza e a necessidade de obter alimentos ou outro tipo de ajuda a partir do que sabem fazer com os poucos recursos de que dispõem. Entre as razões para ficar estão as amizades, a possibilidade de sair de casa, “se distrair um pouco” e a possibilidade de levar pra casa algo diferente pra comer, vestir ou presentear alguém. O grupo seria, nesse caso, o espaço no qual buscariam ajuda material e também suporte subjetivo. Onde podem resignificar o crochê, o bordado e a horta como trabalho: “a gente leva pra troca o que a gente sabe fazer com as mãos, o essencial pra vida” (D. Cristina, Clube de Troca São Tiago).

Mudam as percepções do que é considerado trabalho, na medida em que passam a perceber que esse conhecimento tácito, empírico do crochê, da pintura em tecido, entre outros, é um conhecimento valorizado e reconhecido como trabalho. Este reconhecimento o converte em valor, que no caso delas vira Pinhão, que vira outras coisas: “eles fala que é insignificante, mas eles não sabe o que é uma mãe que não tem o que colocar direito na panela e chega do grupo pode dar um doce pro filho, tem uma verdura pra janta (...) quem é mãe sabe... que as vezes não pode comprar um chocolate na páscoa pro filho, pro neto, vem aqui e troca” (Andreia, Clube de Troca São Tiago).

Há, portanto, um conjunto de mudanças que se dão a partir da participação no grupo: começa com o atendimento das emergências materiais, seguido da redescoberta de algo que essa mulher saiba fazer, saiba produzir. Se segue à ressignificações de caráter subjetivo, quando começam a perceber que outros valorizam essa produção, valorização que dá nome ao que fazem: “trabalho”, e dá também “valor”. O reconhecimento simbólico produzido pelos pares não se traduz apenas em mudanças subjetivas, mas é materializado nas coisas que podem ser trocadas pelo trabalho. Assim, ao contrário de termos um trabalhador se transformando ele mesmo em mercadoria, o que encontramos aqui é uma imbricação entre trabalhador e produto do trabalho, um constituindo o outro.

Entre outros elementos, as observações ao longo do tempo permitiram observar os desdobramentos desse processo na autoestima dessas mulheres e também no seu empoderamento. Como uma pedra lançada em um lago esses processos vão ampliando o impacto e o papel dos grupos em círculos concêntricos: no plano individual há uma mudança na percepção da identidade de alguém que “não trabalha, é apenas dona de casa”, para alguém que executa um tipo de trabalho socialmente útil; há no nível familiar a possibilidade de um suporte material que, longe de ser irrelevante, assegura muitas vezes o calçado para ir à escola ou a verdura do jantar; e, no plano comunitário, o estabelecimento de redes de proteção que se estendem para além dos grupos, como em casos de violência doméstica coibida a partir de atividades desenvolvidas pelo grupo e pelo restabelecimento de sociabilidades primárias na comunidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo como as relações de produção e trabalho estão configuradas no atual capitalismo permite inferir que não é o trabalho que perde a centralidade, mas o trabalhador, em um processo de agudização da alienação no qual a ideia de que são dispensáveis é inculcada objetiva e subjetivamente nos trabalhadores através do domínio da técnica sobre o “conhecimento”.

Ainda que se tenha maior acúmulo do capital cultural valorizado pelo mercado, a saber, o capital escolar, a racionalidade técnica instrumental encarrega-se de convencer os trabalhadores de que sua formação está sempre defasada e de que não estudaram ou

se empenharam o suficiente. Reitera-se a moralidade produzida pelo capital que culpabiliza o indivíduo pela falta de postos de trabalho, convencendo-o de que está fora do jogo porque não possui os instrumentos necessários, instrumentos esses que estão constantemente mudando de lugar.

Estar fora desse circuito de trabalho formal, por sua vez, exige que os indivíduos acionem arranjos variados a partir dos quais se podem reinventar estratégias nas brechas, nas fissuras do capital. O conhecimento dominado por essas mulheres e homens é pouco valorizado pelo mercado, não sendo útil, segundo essa lógica, para estabelecer algo que se assemelhe a uma carreira. No entanto é um conhecimento que ganha esse status a partir de uma coletividade que não apenas reconhece o fazer do outro como trabalho, mas possibilita que como humanos cada um a seu tempo vá se redescobrando como membro de corpo social.

Nas brechas e a partir de coletividades como propostas pela Economia Solidária devolver o tempo aos indivíduos é uma das possibilidades que se constroem. Não se perde tempo indo aos grupos trocar objetos aparentemente de pouco valor monetário. Esse é tempo necessário ao restabelecimento de sociabilidades primárias, de redes de proteção, de reinserção no tecido social. Tempo necessário à re-humanização.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. O conceito de alienação no jovem Marx. **Revista Tempo Social**. São Paulo, v. 23, n. 1, p. 223-245, jun. 2011.

ENGELS, Friederich [1876]. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Edição digital RidendoCastigatMoroos, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>

LUZ, Ricardo S. da; BAVARESCO, Agemir. Trabalho alienado em Marx e novas configurações do trabalho. **Revista Princípios**. Natal, v. 17, n. 27, p. 137-165, jan./jun. 2010.

MACHADO, Maria Izabel. **Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo: O Clube de Troca e a construção da sociabilidade**. 2012. 127f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFPR/PPGS, Curitiba, 2003.

_____. **Economia Solidária e Emancipações: proximidades e distanciamentos**. 2009. 54f. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, UFPR, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. In: Coleção Os Pensadores. Segunda edição. São Paulo. Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

MASCARELLO, Magda Luiza; MACHADO, Maria Izabel. Os invisíveis entre os invisibilizados: catadores e clubes de trocas e o desafio da solidariedade. **Sociologias Plurais: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia**. V. Junho 2014.

_____. **Economia solidária em Dourados/MS**: Um conceito multivocal. III Congresso de Cultura e Educação para Integração da América Latina: semeando novos rumos. Curitiba, PR. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Social. 2012a

_____. **Entre a fé, a família e a política**: a economia solidária em Dourados/MS. Monografia de Graduação. UFPR. Curitiba/PR 2012b. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/antropologia/files/2013/11/mascarello_economia_so_lidária.pdf

MOTTA, Eugênia de Souza Guimarães. **Trajetórias e Transformações no mundo da economia solidária**. 2010. 280f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva – Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003[1950]. p. 183-314.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação**. São Paulo: Campus, 2000.

TRIGO, Rosa Amalia Espejo. **CEFURIA - militância e paixão**: Um estudo sobre a processualidade do sujeito político em contexto de formação. Tese de Doutorado (Psicologia Social). São Paulo. PUC-SP, 2007.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no Novo Capitalismo. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOUZA, Ana Inez. **CEFURIA: 25 anos fazendo história popular**. Curitiba, PR: Editora Gráfica Popular, 2006.

STRECK, Danilo;e ADAMS, Telmo. **Pesquisa Participativa, emancipação e (des)colonialidade**. Curitiba-PR. Editora CRV, 2014.

Recebido em outubro de 2014.

Aprovado em dezembro de 2014.